

RESENHAS

CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.)

Paradigmas Filosóficos da Atualidade

Papirus, Campinas, 1989

Ao entendermos a filosofia como um ímpeto original que nos conduz à contestação, à crítica, à negação do dado, do existente, momento em que o espírito irrompe como pura negatividade, pura capacidade de emersão, vivemos uma problematização totalizante e radical. Se não somos filósofos encontramos-nos, então, amplamente perdidos. Mas o filósofo é o apaixonado pelo paradoxo, pela irreducibilidade das contradições internas do pensamento, supondo um perpétuo recolocar das questões constituintes da própria filosofia; esta deve então ser conduzida através de uma crítica adequada, dizendo das possibilidades do que não é, do que é e, do que deve ser; este caminho só se esclarece com um exame criterioso de teorias concretas e específicas. Essa, é uma das propostas da organizadora desta coletânea de textos.

Tomando de empréstimo ao teórico da ciência Thomas Khun a noção de paradigma, como uma construção teórica, sedutora, convincente, criadora de uma nova tradição de pesquisa e condições de possibilidade de emergência do novo, a Prof^ª Maria Cecília organizou este livro que agora a Editora Papirus nos apresenta. Dividido em cinco partes didaticamente distintas: Filosofia Analítica, Racionalismo Crítico, Fenomenologia, Dialética e Em busca de novas dimensões da Racionalidade, convidando especialistas de renome de cada área paradigmática a nos brindarem com seus conhecimentos e reflexões. Trata-se de uma obra sem qualquer caráter de clausura: um livro ampliador de espaços, promissor de reflexões, sugestivo de pensamentos, sem ranço acadêmico e sem o hermetismo que o senso comum muitas vezes considera apanágio do pensamento filosófico.

Na 1^ª parte o Professor Danilo Marcondes de modo panorâmico esclarece-nos as duas vertentes mais importantes do desdobramento da Filosofia Analítica: a semântica clássica e a filosofia da linguagem. A Prof^ª Vera Vidal debruça-se cuidadosamente sobre a epistemologia de Quine e o Prof. Estevão de Rezende Martins mostra-nos o filão analítico na ciência da história.

Na 2^ª parte, incluídos no Racionalismo crítico estão, o Prof. Luis Alberto Peluso refletindo sobre a postura Popperiana como uma alternativa à consideração dos fenômenos sociais, tradução de uma mais ampla mudança da concepção de ciência e a Prof^ª Cecília, com um correto espírito de síntese auxiliando-nos a penetrar no pensamento de Hans Albert, formulando a questão da possibilidade de fundamentação positiva dos enunciados morais, evitando o confinamento da razão ao domínio científico, alargando-o em direção à ética e à axiologia. Da Alemanha surge-nos a contribuição do Prof. Wolfgang Rod que analisa a problemática da fundamentação última através do racionalismo crítico de Albert e a pragmática transcendental de Apel.

Newton Aquiles Von Zubem defende a postura fenomenológica, elucida-nos sobre a articulação da objetividade do conhecimento científico com a análise reflexiva do saber fenomenológico, propondo-nos na senda de Ricoeur, a dialetização

das duas ordens de discurso, assumindo a esterilidade do conteúdo da filosofia e a carência de profundidade da ciência. Vera Cristina de Andrade Bueno mostra-nos os vários aspectos da interpretação heideggeriana de *Crítica da Razão Pura* de Kant como ontologia, enfatizando o papel da estética transcendental.

Como o mundo é movimento e o pensamento dinâmico, na análise da atualidade não poderia faltar a vertente Dialética, que é tratada com extrema seriedade por Heitor Matallo Jr.

Destas vias paradigmáticas surgem novas propostas: Luís Trigo revela-nos na pós modernidade o sentimento da perda, da aceitação da generalidade da ilusão, do desencanto. Na linha da nova filosofia da linguagem José Américo M. Pessanha analisa o pensamento de Chaim Perelman na ótica da reformulação conceitual da razão, atendendo às contribuições da teoria da argumentação e ao permanente confronto entre episteme e filosofia. Alberto Oliva refletindo sobre pensamento de Karl Popper, alerta-nos quanto aos critérios de cientificidade e conseqüente distinção entre ciência e filosofia. Por fim, Mário Guerreiro sob a ótica de Hilary Putnam procura estabelecer as relações entre o fato, domínio dito científico e o valor, domínio entendido como ético.

Os "Paradigmas filosóficos da atualidade" é um livro de extremo interesse tanto para os iniciantes no árduo caminho do filosofar como para os iniciados e professores de matérias filosóficas em nossas Universidades. Louvável a contribuição da Editora Papirus e a Prof^a Cecília está de parabéns por ter organizado um livro tão preciso quanto singelo, tão didático quanto promissor e conseguido reunir tantos pensadores capacitados a conduzirem o leitor atento e interessado a cada vez mais se apaixonar pelas promessas da reflexão, filosófica e a entender que o mais sedutor continua sendo, essa constante emergência da possibilidade do novo e do inédito, no interior do pensamento filosófico.

Maria da Piedade Eça de Almeida
Instituto de Filosofia – PUCCAMP

STONE, I. F.

O Julgamento de Sócrates

SP, Companhia das Letras, 1988, 279p.

O Julgamento de Sócrates nasceu da tentativa do autor em realizar um estudo da liberdade de pensamento na história da humanidade. Stone, falecido em junho deste ano, foi um jornalista que nunca se adaptou aos padrões da imprensa norte-americana, depois de aposentado ele iniciou suas investigações filosóficas, a sua segunda paixão. Através dos fragmentos de Heráclito, quando jovem, ele iniciou seus estudos universitários em filosofia, para abandoná-los no terceiro ano e a partir daí passou para o autodidatismo. Como jornalista foi muito respeitado pelo seu trabalho crítico e como escritor conseguiu gerar muita polêmica com o presente livro.

Este livro partiu dos estudos da obra de Platão e Xenofonte no que diz respeito a concepção da figura de Sócrates e da movimentação do julgamento. Para traçar o perfil oculto de Sócrates, Stone utilizou diversas obras, desde os poemas homéricos, passando por Aristófanes até chegar em alguns fragmentos muito pouco conhecidos cujas fontes são incertas. O livro procurou dar uma nova visão do julgamento, dando novos contornos à Sócrates e outra dimensão à Atenas.

O primeiro traço novo revelado em Sócrates é seu comportamento anti-democrático, questionando sempre a validade da participação de todos os cidadãos na vida da pólis. Para Sócrates o mais sensato seria a monarquia, onde o rei tudo sabia;

neste ponto Stone manifestou a sua preocupação argumentando que este raciocínio é um risco para a humanidade, pois dá razão aos ideólogos do totalitarismo (tanto de esquerda como de direita) em que os fins justificam os meios. O método de conhecimento de Sócrates também foi considerado antidemocrático, a maiêutica conseguia destruir toda e qualquer definição ou proposição colocada e, quase nunca Sócrates apresentava uma idéia ou definição própria. Até mesmo Sócrates acabava vítima de sua dialética negativa, de acordo com o seu raciocínio aquele que conhece a verdade é o mais apto a mentir.

No campo social e político as críticas à Sócrates tornam-se ainda mais contundentes, colocando-o em uma situação muito delicada. Entre as acusações que pairavam sobre Sócrates, a de perverter a juventude foi a que mostrou maior fecundidade para o autor. O termo perverter não deve ser usado como corromper ou promiscuir, mas no seu aspecto político de ir contra o regime de governo da cidade. Para essa acusação foram lembrados os feitos de dois discípulos de Sócrates; Crítias e Alcibíades, filhos da aristocracia ateniense e admiradores do regime espartano, que durante as suas passagens pelo poder foram responsáveis por crimes bárbaros contra o povo e a democracia ateniense.

Sócrates não aceitava a participação dos mais humildes na vida política da cidade, considerando-os despreparados para a discussão dos problemas da cidade e, através da Assembléia promoviam injustiças. Esse fato mostrava oportunismo e não virtude democrática, oportunismo porque Sócrates só queria discutir aquilo que lhe interessava e não se misturar com os cidadãos para deliberar sobre a pólis. O que condenou Sócrates não foram as suas idéias filosóficas ou teológicas, mas suas idéias políticas.

A cidade de Atenas não tinha o costume de perseguir os cidadãos que criticavam as decisões da Assembléia. Sócrates era uma pessoa popular, um personagem local, que era muito lembrado pelos poetas cômicos e, Sócrates não via este fato como desrespeito, ao contrário ele os aceitava. Porém os acontecimentos que vão de 411 até 401 a.C. abalaram profundamente a relação de Sócrates com a democracia ateniense. Durante este período por três vezes a democracia foi golpeada e, esses golpes foram dados por aqueles representantes da aristocracia pró-espartana, pessoas ligadas à Sócrates. A partir daí as comédias socráticas adquiriram novo significado e deixaram de ser tão engraçadas. O fato que mais desagradou os democratas foi Sócrates nunca ter tomado partido e ter se mantido indiferente e distante de tudo, esse posicionamento mostrava a opção socrática: contra a democracia ateniense.

Com o julgamento todos saíram perdendo, mas quem mais perdeu foi a democracia. Sócrates usou do seu julgamento para morrer em um momento de evidência, de destaque e não mais tarde como velho e esquecido. Essa afirmação encontra-se em vários Diálogos, esse fato serviu para mostrar outro traço de Sócrates: a vaidade, queria morrer para não enfrentar a velhice. Durante todo o julgamento Sócrates foi mais arrogante do que de costume, ele provocou a indignação do juri tratando-os como incapazes de desempenharem as suas funções. Mesmo assim o espírito democrático dos jurados se manifestou, o resultado foi muito equilibrado, esse resultado surpreendeu o próprio Sócrates.

No momento em que o juri ateniense condenou Sócrates à morte, a cidade perdeu a sua dimensão plena de democracia e assumiu a postura de democracia da maioria. Sócrates não quis se valer da liberdade de expressão para provar a ilegitimidade do julgamento, pois o seu objetivo era a pena de morte. Atenas ao decretar a pena de morte dava sinais de crise da democracia por não aceitar a convivência com as idéias divergentes. Não condenando Sócrates, Atenas estaria desmascarando-o e

reforçando o princípio democrático do respeito às opiniões e do debate como educação e evolução dos homens. O crime de Atenas não foi condenar Sócrates à morte, mas o de trair o espírito da cidade: a democracia.

Esta obra, como já foi dito inicialmente, é polêmica. O autor fez uma análise unilateral a partir de suas convicções democráticas, poderia ter considerado outras fontes sobre o assunto. No transcorrer da leitura percebe-se alguns equívocos e até mesmo momentos contraditórios. No entanto o livro é muito importante para retomar o debate sobre a democracia ateniense e a pessoa de Sócrates. O livro apontou a vulnerabilidade de dois modelos da humanidade ocidental. Sua leitura é recomendada não só pela polêmica mas também pelo estilo literário muito agradável daquele que foi um talentoso jornalista profissional e um pesquisador amador muito esforçado.

Humberto Guido

Pós-Graduação em Filosofia — PUCAMP

ZILLES, Urbano

Gabriel Marcel e o Existencialismo

Porto Alegre: Academia/PUC, 1988, 123p.

Urbano Zilles é gaúcho, natural de Nova Petrópolis. Coursou Filosofia e Teologia em Viamão e na Alemanha. Doutorou-se em 1969, na Universidade de Münster (Alemanha), com uma tese sobre Gabriel Marcel. Atualmente é professor de filosofia na PUC de Rio Grande do Sul.

A obra filosófica de Gabriel Marcel é pouco conhecida entre nós. O autor procura expor criticamente o pensamento de Gabriel Marcel, no contexto das filosofias contemporâneas da existência. Mas, infelizmente, como suas obras são pouco conhecidas no Brasil, não foram, ainda, traduzidas. Daí seu pensamento ser pouco conhecido entre nós.

Em linhas gerais, Marcel reflete em torno de palavras aparentemente sem qualquer importância, como o ser e ter, mistério e problema, buscando descobrir uma nova atitude perante o mundo das coisas e das pessoas, diante a própria realidade e perante Deus. Marcel fundamenta uma filosofia concreta, através de sua análise das relações pessoais intersubjetivas. Aborda os seguintes temas: O ser como lugar da fidelidade, Liberdade e esperança no engajamento, Experiência e transcendência de Deus, a partir da idéia de que o homem, como ser encarnado, é um itinerante, um homo viator. Assim, do existente concreto, chegou ao Tu Absoluto.

Gabriel Marcel é um mestre da introspecção e da auto-reflexão. Pertence à geração dos pensadores franceses que tem como fonte de sua reflexão a experiência interior. Pertence aos grandes renovadores das formas de pensamento.

A originalidade de Marcel, consiste em buscar, através de uma análise da existência, uma ontologia do testemunho da fidelidade — do amor e da esperança. Tematiza o vínculo da existência com o ser. Reconhece uma primazia do ser sobre o pensamento e em relação ao ter.

Sua filosofia parte da situação fundamental do homem como “ser encarnado”, como ser vinculado à realidade concreta. Postula sua comunhão íntima e pessoal com a realidade maior o Ser — que exige a transcendência. Assim, do existente concreto, chega ao “Tu” absoluto.

Por outro lado, a originalidade de Marcel é encontrada em temas fundamentais como a abordagem da existência intersubjetiva.

A obra de Gabriel Marcel é uma atuante e inesgotável contribuição para uma melhor compreensão do homem de hoje, numa perspectiva existencial mais humana, porque trabalha, de maneira muito clara, os seguintes problemas:

1. Propõe **substituir** a ausência pela presença a traição pela fidelidade, a negação pela fé, o desespero pela esperança;
2. Penetra na profundidade do ser para aí situar questões de natureza religiosa e reconhecer seu direito na **Reflexão Filosófica**;
3. A **CIÊNCIA** serve-se da reflexão desagregadora; (análise) e a **Filosofia** da reflexão unificadora;
4. O **Indivíduo** é abordado como ser de relação com os outros;
5. A **Fidelidade** é vinculada à fé;
6. A **Existência** como um concreto ser com uma realidade;
7. A **Filosofia**, em Marcel, caracterizada pela primazia dada ao ser em relação ao pensamento e ao ter. O pensamento é imanente ao ser;
8. O **Homem**: é um itinerante, um homo-viator. É ser encarnado, a caminho do sentido para a vida;
9. O **Filósofo**: não deve discutir sobre Deus, mas falar a Ele;
10. **Deus**: é a questão central, mas apresenta restrições aos argumentos tradicionais. Deus é presença na vida concreta de seres encarnados. A experiência é o único caminho concreto para aproximar-se de Deus conscientemente, que já está em nós;
11. O problema da **Razão** não é rejeitado, mas sim, o abuso do racionalismo; não menospreza o conceito, mas o conceitualismo.

Um dos problemas trabalhado por Gabriel Marcel, de suma importância, é o Ser como lugar da fidelidade, que é abordado por Urbano Zilles, no cap. IV, (p. 77-89).

Gabriel Marcel, em sua filosofia, dá suma importância à fidelidade. A maneira pela qual trabalha essa tese é a partir do tu, da verdadeira comunhão e participação. Assim, o ser humano pode transcender o tempo e buscar respostas dos mistérios ontológicos na fidelidade, esperança e amor.

Desta maneira, a fidelidade é responsável imediata e a mais importante questão ontológica, tendo em vista, que a mesma, percorre um processo histórico e pode ser afirmada ou negada.

A base que sustenta a tese da fidelidade é a promessa.

O problema do engajamento precede o da fidelidade. E, o problema central é descobrir se existem engajamentos transcendentais, que superem aos fatos da experiência.

Por outro lado, a filosofia marceliana carece de uma reflexão positiva sobre a significação da técnica e da necessidade histórica que se cria e sobre o dinamismo da história. Sua crítica das ciências tem caráter muito genérico, restringindo-se ao empirismo positivista.

GABRIEL MARCEL E O EXISTENCIALISMO, de Urbano Zilles, é uma obra didaticamente elaborada. Daí sua recomendação, não só a professores de filosofia, mas também, a psicólogos, educadores, enfim, a todas as pessoas interessadas no conhecimento da pessoa humana em sua vertente filosófico-humanista.

GUERREIRO, Mario A. L.

O dizível e o indizível

Campinas, Papirus, 1989, 143p

Não há dúvida de que Mario A. L. Guerreiro merece lugar de destaque entre os estudiosos que se dedicam à filosofia analítica da linguagem. Do rigor de sua investigação e argúcia de sua inteligência resultaram duas coletâneas de ensaios: **Problemas de Filosofia da Linguagem**, Niterói, Eduff, 1985, e **O dizível e o indizível**, esta última publicada recentemente pela Editora Papirus.

A maioria dos artigos reunidos em **O dizível e o indizível** provém de comunicações apresentadas em congressos e colóquios. Embora se trate de uma coletânea de trabalhos escritos ao longo dos últimos dois anos, a obra apresenta notável coesão, o que não impede, por outro lado, que cada tópico mantenha sua autonomia em relação aos demais, admitindo cada um leitura independente.

O texto de H. Putnam que serve de epígrafe à obra ilustra bem a natureza e o alcance das investigações nela contidas: "Se, nos últimos cinqüenta anos, os filósofos tornaram-se muito interessados na linguagem, isto não ocorreu por terem eles se desinteressado das grandes questões da filosofia, porém, precisamente porque eles estão interessados ainda nas grandes questões e porque passaram a acreditar que a linguagem detém a chave para resolver ou situar de modo satisfatório as grandes questões".

De fato, a obra de Guerreiro aborda algumas das questões fundamentais da filosofia — relativas ao conhecimento, aos valores, à existência, — que, desde os gregos até nossos dias, têm desafiado a inteligência filosófica. E Guerreiro se sente à vontade para esmiuçar e, em linguagem cristalina, reconstruir argumentos, sejam estes provenientes de Platão ou Eubúlides de Mileto, de Descartes ou Leibniz, ou mesmo de contemporâneos, como G. Frege, B. Russell, R. Carnap, G. Ryle, P. F. Strawson, H. Putnam, S. Kripke, J. Hintikka, P. Geach e outros.

Na primeira parte da obra — intitulada "Significado e Verdade" — se agrupam quatro estudos: no primeiro, Guerreiro procede a uma reconstrução dos chamados ditos de Eubúlides, mostrando que nenhum deles pode ser adequadamente caracterizado como paradoxo semântico, vale dizer, como enunciado capaz de violar o princípio de não-contradição. Sugere uma classificação tricotômica para os referidos ditos em a) aporias da linguagem ordinária, as quais nos colocam diante do problema das vaguidades referenciais, b) sofismas in dictione, que se prendem ao uso ambíguo de expressões, c) sofismas de caráter pragmático, sob os quais são subsumíveis os ditos do mentiroso.

Segue-se uma análise da mentira e da ironia enquanto atos de fala. Tal análise permite a nosso autor levantar e discutir questões de ordem epistemológica, como por exemplo, a de se saber se é ou não possível um conhecimento de intenções alheias.

No terceiro tópico, os juízos de valor são reconstruídos como atos de fala recomendativos; Guerreiro ressalta a vaguidade do termo "bom", a qual está relacionada com o contexto de proferimento da sentença na qual ocorre tal predicado, mostrando também a imbricação existente entre fatos e valores, tema este que é objeto de estudo do item subsequente. Aqui é apresentada e discutida a posição de H. Putnam acerca das relações entre fato e valor; concorda com Putnam, na medida em que este filósofo sustenta a impossibilidade de uma distinção a nível semântico entre enunciados descritivos e valorativos. Argumenta, porém, contra Putnam, que tal distinção se faz necessária, devendo, contudo, ser explicitada no âmbito de uma pragmática.

A segunda parte da obra — que recebeu o título de “Lógica e Existência” — abrange cinco estudos, que possuem como denominador comum problemas levantados pelos enunciados existenciais.

O primeiro ensaio trata da questão dos possíveis não existentes, que tem suas raízes na filosofia grega. Discute-se a posição de Parmênides, desenvolvida por Platão, segundo a qual tudo o que é pensável e dizível existe, bem como o problema — dela decorrente — de como é possível que sentenças existenciais negativas sejam verdadeiras. O item 2) articula um problema bastante atual, ou seja, que valor de verdade se pode assinalar a sentenças, cujo termo sujeito prescinde de referência. Guerreiro inicia o estudo apresentando a posição aristotélica para em seguida discutir as propostas de solução oferecidas por Russell e Strawson.

Segue-se uma discussão da interpretação que o lógico J. Hintikka, confere ao primeiro princípio cartesiano. Segundo Hintikka, Descartes teria vislumbrado, ainda que de modo confuso, o caráter performativo de verbos como “pensar” e “duvidar”, bem como a inconsistência existencial de sentenças como “Eu não existo”. Todavia, como observa Guerreiro, não se pode atribuir ao filósofo do século XVII informação acerca de restrições impostas aos usos lingüísticos, uma vez que tais restrições decorrem de investigações recentes efetuadas no âmbito da Lógica e da Filosofia da Linguagem.

Os itens 4) e 5) tratam do problema de se saber o que significa asserir que x existe, bem como da questão, sob que condições é lícito fazerem-se afirmações de existência. Guerreiro rejeita a posição do fisicalismo, para a qual a existência seria um conceito unívoco, atribuível tão-somente a entidades encontráveis nos limites do espaço-tempo. Mostra a superioridade de uma posição mais liberal como a de Carnap ou de Ryle, para quem a questão se é ou não possível atribuir-se existência a x só pode ser decidida no interior de um jogo de linguagem determinado. Nessa perspectiva, a existência seria, por conseguinte, um conceito equívoco ou sistematicamente ambíguo, variando o significado da palavra “existe” em função do jogo de linguagem em que é empregada. Sem negar que o significado de “ x existe” depende do jogo de linguagem em que tal proferimento é feito. Guerreiro posiciona-se em favor da analogicidade do conceito de existência (item 5), reafirmando a posição aristotélico-tomista, contemporaneamente revitalizada por C. F. J. Williams e P. Geach.

Trata-se de um livro que consideramos altamente recomendável, de cuja leitura tirarão proveito todos aqueles interessados em uma abordagem competente e rigorosa de algumas das questões mais fundamentais da filosofia.

Maria Cecília M. de Carvalho
Instituto de Filosofia — PUCAMP

IGNÁCIO DA SILVA, Sonia Aparecida
Valores em Educação, 2ª ed.
Petrópolis, Vozes, 1986, 144p.

A obra da Profª Sonia Aparecida é um alerta aos “agentes educadores” que, mergulhados na prática pedagógica diária, não conseguem muitas vezes avaliar a amplitude da crise que afeta o processo educativo brasileiro e, principalmente, a escola. A autora não propõe soluções, mas prefere que suas reflexões se transformem em apelo para que pensemos crítica e profundamente a maneira pela qual a questão axiológica vem sendo encarada no cotidiano escolar.

A 1ª parte da obra se constitui num mapeamento das principais abordagens axiológicas, desde a antiga Grécia até o surgimento da Moderna Teoria dos

Valores. A autora passa então a uma análise das tendências axiológicas predominantes nas propostas Tradicional, Nova e Progressista de Educação, buscando perceber o universo valorativo de cada uma e suas relações com a prática educativa.

A retrospectiva histórica nos transporta ao pensamento clássico e logo em seguida à filosofia medieval, com inquietudes valorativas carregadas de tons metafísicos e ontológicos. Já o período renascentista, de grande eferescência, implica em significativas mudanças na problemática dos valores — assistimos à relativização do quadro axiológico. À medida que o antropocentrismo ocupa os espaços do teocentrismo, os valores passam a se atrelar à epistemologia — a ciência passa a valorizar a fundamentação a partir da experiência. A seguir, a autora enfatiza as contribuições do pensamento moderno, época em que, gradativamente, caminha-se para estruturação de uma Teoria dos Valores autônoma e consciente de si mesma.

Situando a axiologia enquanto disciplina filosófica, a autora dirige a reflexão para o aspecto que traduz o espírito, o âmago do livro — a relação de Escola e Valores — a reflexão íntima, profunda que se coloca imprescindível, inadiável para os educadores que estão empenhados em levar a sério esse mecanismo complicado, conhecido como processo educativo.

Analisando propostas de vários filósofos e educadores como Snyders, Suchodolski, Charlot e Saviani, a Prof^a Sonia configura o dilema axiológico em que se encontra mergulhado o educador brasileiro. Passa em revista as propostas educativas Tradicional, Nova e Progressista, contextualizando seus elementos mais significativos — a visão do aluno, do professor, da Escola, do mundo/contexto social.

Iniciando a análise pela Pedagogia Tradicional, a autora aborda seus aspectos mais relevantes para chegar ao que é de fato valorizado por essa corrente de pensamento = transmissão e reprodução do ensino humanístico, resultante da tradição estabelecida. Valores que se bastam em si mesmos, “entes” em si, independentes dos bens e sujeitos que os valoram; valores absolutos e imutáveis, sendo que o movimento da História e as tantas transformações da realidade não alteram a sua essência, pois o processo educativo ocorre somente dentro dos muros escolares. O “objetivismo axiológico” se caracteriza como tendência axiológica mais fortemente manifesta através da transmissão e reprodução de valores.

A 2ª proposta pedagógica, conhecida como Educação Nova se coloca como movimento contrário aos pressupostos básicos da Escola Tradicional a visão centrada na essência, com a conseqüente valorização dos modelos e da cultura humanística, cede lugar à visão centrada na existência, com a valorização do ser humano como centro do processo de educação. A tendência axiológica evidente é o “subjetivismo ou psicologismo axiológico” — os valores dos objetos são criados pelo sujeito sem se levar em conta o que transcende esse sujeito. Não mais se hierarquizam os valores, pois eles existem a partir do momento em que o indivíduo está vivendo. É a era do não intervencionismo, não dirigismo nas escolas.

A 3ª alternativa educativa, conhecida como Educação Progressista, se constitui numa síntese dos elementos positivos das duas primeiras e deve sua nomeação a George Snyders. Os modelos, tão importantes para a Pedagogia Tradicional, passam a ter uma relação direta com o mundo do educando. Já não são mais entes absolutos, distantes e intocáveis. São dinamizados pela atuação da criança, a partir de sua experiência sócio-cultural. A educação assume aqui a sua face política, pois o processo educativo dialeticamente comprometido com a realidade social tem elementos para pensar, questionar e gestar as mudanças através da ação humana. A tendência axiológica predominante é embasada no materialismo histórico dialético e pressupõe um trabalho pedagógico em contato direto com a realidade, pensando e recriando a escola e a sociedade.

Na conclusão de sua análise reflexiva, a autora retoma alguns questionamentos fundamentais e deixa bem claro que sua pretensão nunca foi apresentar uma abordagem definitiva do assunto; a esperança é de que seu trabalho represente o “ponto de partida” para outras abordagens a respeito, pois a matéria é caracteristicamente complexa.

Num país contraditório como o nosso, a angústia a respeito da perene crise de valores, que permeia o espírito das pessoas e instituições no geral, torna-se ainda mais aguda quando colocada no âmbito da ação pedagógica. O livro da Prof^a Sonia é um sério apelo a que se instaure um processo de reflexão crítica e profunda da postura axiológica dos que estão comprometidos na busca de maior coerência, entre posições teóricas e ações práticas, no cotidiano pedagógico.

Sonia Regina Pequeno
Pós-Graduação em Filosofia – PUCAMP